



Continuamos a LUTA pela revogação do SIADAP!

O SIADAP - Sistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública apareceu, em 2007, pelas mãos de um Governo do PS de maioria absoluta. E apareceu não para, de uma forma construtiva, melhorar os serviços e a qualificação dos trabalhadores. O seu verdadeiro objetivo foi - e ainda é - através da avaliação, impedir a progressão na carreira com respectiva valorização salarial e até mesmo fundamentar o encerramento de serviços.

Passados cerca de 16 anos sobre a aprovação desta lei, a realidade de todos os dias revela que o PCP e a CDU tinham razão quando afirmaram que estava em curso um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores.

Continuamos a exigir e a lutar:

- Pela reposição e valorização das carreiras profissionais, tendo em consideração, em cada uma das carreiras, o seu enquadramento e as especificidades das funções desempenhadas, definindo concretos descritivos funcionais e as concretas funções exercidas, assegurando a valorização das carreiras, a progressão e a consequente tradução remuneratória.
- Por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize realmente os trabalhadores, potenciando a progressão profissional nas suas carreiras, negociando-o devidamente com as organizações representativas dos trabalhadores.

O aumento dos salários é justo e necessário!

Os salários continuam a perder poder de compra face à inflação. Todas as medidas apresentadas pelo Governo desconsideram, no fundamental, os problemas das famílias ou, pior que isso, são decisões de atribuição de novos privilégios aos grupos económicos e, no caso da habitação, aos especuladores imobiliários. Todos os dias sobem os preços, todos os meses os nossos ordenados e pensões ficam mais pequenos.

É preciso impor que os combustíveis, a alimentação, os transportes, os medicamentos, as rendas e todos os bens essenciais tenham preços justos e suportáveis para a maioria. E o mais importante, justo e necessário – é preciso valorizar os salários e os direitos de quem trabalha!

O PCP e a CDU apelam a todos os trabalhadores que se unam para travar este processo de roubo que está em curso! Demonstrem a vossa indignação e exijam ao governo medidas concretas para impedir que, mais uma vez, haja quem se aproveite da crise!



Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia deficitário!

Comparando o Mapa de Pessoal com o do ano anterior, e apesar das vagas totais se manterem, o número de trabalhadores contratados é inferior.

A Biblioteca Manuel Chaves Caminha, apesar de ter hoje em funções um estagiário, não tem uma bibliotecária. É uma função específica e que é necessária. Há duas assistentes técnicas, que fazem o melhor que podem, mas não têm naturalmente a formação necessária para essa função por não serem bibliotecárias.

A crescente pressão que se faz sentir sobre os trabalhadores da limpeza urbana, tem provocado um aumento considerável de acidentes de trabalho. Cabe à Junta de Freguesia, enquanto entidade empregadora, ser responsável por cuidar, tratar, recuperar e integrar os trabalhadores acidentados, o que não se verifica atualmente. A CDU continua a defender o princípio de que um trabalhador acidentado só deve regressar ao local de trabalho quando estiver totalmente apto para o serviço. Na higiene urbana são necessários, pelo menos, mais 10 cantoneiros, o que dificulta em muito a capacidade de resposta.

A CDU votou contra o último Mapa de Pessoal. Consideramos que, sendo este um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, não corresponde, neste momento, às necessidades da Freguesia e dos seus Fregueses.

Suplemento de Insalubridade e Penosidade não é pago no período de férias!

A Junta de Freguesia recusa-se a pagar aos trabalhadores operacionais o suplemento de insalubridade e penosidade durante o mês de férias. Alega que esse pagamento é ilegal, apesar de não o ser, e de várias juntas da cidade, e mesmo o município, também do PSD/CDS, o pagarem.



Considerando os retroativos, são já mais de 250 euros que estão a ser subtraídos no salário destes trabalhadores. A CDU apresentou uma moção na Assembleia de Freguesia de 19 de Abril a exigir à Junta este pagamento, mas a moção foi rejeitada com os votos contra do PSD, CDS, Mudar Alvalade e Chega.

Continuaremos a exigir o pagamento desta verba aos trabalhadores, a que têm direito e de que tanto necessitam!

Saiba mais sobre o trabalho desenvolvido pela CDU. Contacte-nos

lisboa.cdu.pt

[facebook/CDULisboa](https://www.facebook.com/CDULisboa)



[instagram/CDU.Lisboa](https://www.instagram.com/CDU.Lisboa)



[twitter/CDU_Lisboa](https://twitter.com/CDU_Lisboa)



cdualvaladelisboa@gmail.com

